



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Caçapava, 05 de julho de 2019

Ofício nº 349/2019

Senhora Presidente

Pelo presente, encaminho o incluso Projeto de Lei que *altera a Lei Municipal nº 3.002, de 12 de março de 1993, que dispõe sobre atividades de diversão pública, concessão do respectivo alvará, e dá outras providências*, para que seja levado a apreciação e aprovação por Vossa Excelência e seus Dignos Pares.

Tal propositura se faz necessária para restabelecer o poder coercitivo que deve existir nas multa aplicadas; poder este que veio se esvaindo com o tempo, devido à extinção da UPMC e da UFIR, unidades monetárias que garantiam a revisão inflacionária dos valores das multas.

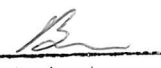
Ante a defasagem dos valores das multas que foi imposta pelas perdas inflacionárias, se faz necessária uma revisão para que as multas realmente sirvam como punição ao infrator e, mais importante ainda, que sirvam como prevenção, a fim de que não seja vantajoso continuar transgredindo as normas.

Diante do exposto, espero ser o incluso Projeto de Lei apreciado, votado e aprovado, **em regime de urgência**, por essa E. Casa de Leis.

Valho-me do ensejo para reiterar os protestos de elevada estima e distinta consideração.


FERNANDO CID DINIZ BORGES
PREFEITO MUNICIPAL

Exma. Sra.
Elisabete Natali Alvarenga
Presidente da Câmara Municipal
NESTA

Câmara Municipal de Caçapava
Recebido em: 22/07/2019
Hora: 13:17

Assinatura



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

02
J

PROJETO DE LEI Nº ⁵⁷, DE 05 DE JULHO DE 2019

Altera a Lei Municipal nº 3.002, de 12 de março de 1993, que dispõe sobre atividades de diversão pública, concessão do respectivo alvará, e dá outras providências.

Fernando Cid Diniz Borges, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a *Câmara Municipal* aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI nº

Art. 1º. Fica alterado o “caput” e incluído o § 3º ao Art. 10 da Lei Municipal nº 3.002, de 12 de março de 1993, que dispõe sobre atividades de diversão pública, concessão do respectivo alvará, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 As infrações a dispositivos da Presente lei implicarão nas seguintes sanções:

INFRAÇÃO	DISPOSITIVO INFRINGIDO	MULTA
I - realização de atividade de diversão pública sem concessão de Alvará	Artigo 1º	R\$ 600,00 (seiscentos reais)
II - desatendimento de horário estabelecido quando da concessão de Alvará	Artigo 2º	R\$ 600,00 (seiscentos reais)
III - inobservância dos limites máximos de nível de som fixados	Artigo 8º	R\$ 600,00 (seiscentos reais)
IV - perturbação da ordem e/ou da moralidade na diversão pública, ou do sossego da vizinhança, apurada através de denúncia de munícipe	Artigo 6º - Parágrafo 2º	R\$ 600,00 (seiscentos reais)
V - não cumprimento de qualquer das exigências contidas no artigo 4º	Artigo 4º	R\$ 600,00 (seiscentos reais)

3



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

03
[Handwritten signature]

.....
§ 3º O valor da multa será revisado anualmente por Decreto do Executivo, com base na variação do IPCA-IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo.” (NR)

.....
Art. 2º. Fica revogado o Art. 14 da Lei Municipal nº 3.002, de 12 de março de 1993.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 05 de julho de 2019.

P.
FERNANDO CID DINIZ BORGES
PREFEITO MUNICIPAL